DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 8

A ASCENSÃO DO CAPITAL FINANCEIRO E O IMPERIALISMO, 1870-1914

Cláudio Gontijo

Dezembro de 2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UFSJ

Gontijo, Cláudio.
Ascensão do capital financeiro e o imperalismo, 1870-1914 / Cláudio Gontijo. – São João del Rei: UFSJ / DCECO, 2020.
33 p. (Textos para discussão; n. 8)

Inclui bibliografia.

1. Imperialismo. 2. Mercantilismo. 3. Imperialismo de livre comércio. 4. Capitalismo financeiro. I. Título.

CDU: 330

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO SOÃO DEL REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DCECO

A ASCENSÃO DO CAPITAL FINANCEIRO E O IMPERIALISMO, 1870-1914

Cláudio Gontijo
Professor do DCECO/UFSJ e do
Programa de Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT)
gontijo@ufsj.edu.br

DCECO/UFSJ
SÃO JOÃO DEL REI
2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 06
2. O IMPERIALISMO MERCANTILISTA 07
3. A GRÃ BRETANHA E O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO 11
4. O "NOVO IMPERIALISMO" E O CAPITAL FINANCEIRO: 1870-1914 17
5. AS CONSEQUÊNCIAS DO IMPERIALISMO FINANCEIRO 29
REFERÊNCIAS 32

RESUMO

Com fins propedêuticos, este artigo texto discute de forma sumária e de uma perspectiva lógico-histórica, a ascensão do capital financeiro e do imperialismo durante o período 1870-1913. Fundamentando-se nas disparidades essenciais de ordem econômica, apresenta as diferenças indeclináveis entre o imperialismo mercantilista, o "imperialismo de livre comércio" da Grã Bretanha e o "novo imperialismo" de fins do século XIX. Com base na literatura disponível, mostra que o imperialismo mercantilista europeu condicionou-se pela dinâmica do capital comercial, cujos fundamentos estão constituídos pela mera circulação de mercadorias, enquanto o "imperialismo de livre comércio" resultou da revolução industrial inglesa e o "novo imperialismo" alicerçou-se na emergência dos grandes oligopólios industriais e na hegemonia do capital financeiro de fins do século XIX.

Palavras-Chave: Imperialismo; mercantilismo; "imperialismo de livre comércio"; capitalismo financeiro.

ABSTRACT

For propaedeutic purposes, this text article briefly discusses from a logical-historical perspective the rise of financial capital and imperialism during the period 1870-1913. Based on essential economic disparities, it presents the indeclinable differences between mercantilist imperialism, Britain's "free trade imperialism" and the "new imperialism" of the late 19th century. Based on the available literature, it shows that European mercantilist imperialism was conditioned by the dynamics of commercial capital, whose foundations are constituted by the mere circulation of goods, while "free trade imperialism" resulted from the English industrial revolution and the "new imperialism" was based on the emergence of large industrial oligopolies and the hegemony of financial capital at the end of the 19th century.

Key-words: Imperialism; mercantilism; "free trade imperialism"; financial capitalism.

Classificação JEL: N00 – História da Economia – Geral; F54 - Colonialismo; Imperialismo; Pós Colonialismo.

1. **INTRODUÇÃO**

"Em fins dos anos oitenta do século XIX, uma profunda transformação começou nas relações entre as potências européias. A febre do imperialismo tom[ou] conta dos gabinetes europeus progressivamente e sem que os próprios políticos se dessem conta" do que estava ocorrendo (MOMMSEN, 1969, p. 137). Como resultado, "o meio século transcorrido entre 1880 e 1930 seria a idade de ouro, ou melhor, de ferro, da diplomacia de canhoneira" (HOBSBAWM, 1987, p. 14), de forma que, entre 1880 e 1914,

> a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão. (...).
>
> Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e — ainda em escala modesta — japoneses. Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa. A Ásia (...) conservava uma extensa área nominalmente independente, embora os mais antigos dos impérios europeus tenham ampliado e completado seus vastos domínios — a Grã-Bretanha, anexando a Birmânia ao seu império indiano e implantando ou reforçando a zona de influência nas áreas do Tibete, da Pérsia e do golfo Pérsico; a Rússia, avançando sobre a Ásia Central e (com menos êxito) sobre a Sibéria e a Manchúria do lado do Pacífico; os holandeses, implementando um controle mais firme nas regiões mais distantes da Indonésia. Dois impérios praticamente novos foram criados pela conquista francesa da Indochina, iniciada no governo de Napoleão III, e pela conquista japonesa da Coréia e de Taiwan (1895), às custas da China, e, posteriormente, de forma mais modesta, às custas da Rússia (1905) (idem, p. 50-1).

Exceto por Porto Rico e por uma estreita faixa ao longo do Canal do Panamá (construído entre 1880 e 1914),[1] sob controle norte-americano direto, apenas a América Latina escapou, o que não impediu que os países da região se mantivessem dependentes das principais potências imperialistas, particularmente do Reino Unido e dos EUA e, em menor grau, da França.[2]

[1] Quando do início da construção do canal, em 1880, o Panamá fazia parte da Colômbia, que assinou o Tratado Hay-Herran com os EUA no início de 1903, o qual não foi sancionado pelo senado colombiano. Na sequência, o então presidente norte-americano, Theodore Roosevelt (set. 1901 - mar. 1909), apoiou as reivindicações separatistas dos panamenhos, tendo a canhoneira U.S.S. Nashville impedido a reação colombiana, de modo que o Panamá se tornou um país independência em 3 de novembro de 1903.

[2] Em parte, essa particularidade da América Latina se deve à Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente James Monroe em sua mensagem ao Congresso em 2 de dezembro de 1823, quando afirmou "como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia". O fato dos EUA terem se tornado uma potência econômica e militar desencorajou posteriormente qualquer aventura imperialista dos países europeus na América Latina.

É claro que o imperialismo moderno, alicerçado na expansão comercial da Europa Ocidental, e, posteriormente, na revolução industrial, não guarda qualquer similitude com os impérios territoriais da Antiguidade, como nos casos do Império Persa/Aquemênida (550 a. C. – 330 a.C.) e do Império Romano (27 a.C. – 476 d.C.), e da Idade Média, como nos casos do Império Bizantino (330 – 1453), do Império Carolíngio (800 - 924) ou do Sacro Império Germânico-Romano (962 – 1806), para não falar no Império Mongol (1206 – 1368) e no Império Otomano (1299 – 1919). Todavia, tampouco a febre imperialista que se transformou, conforme salienta Hobson (1902, p. v), no "mais poderoso movimento na política corrente do mundo ocidental" a partir de meados da década de 1870, configurando, na expressão de Mommsen (1969, p. 137), verdadeiro "delírio imperialista", representa uma continuidade linear do imperialismo mercantilista e muito menos do imperialismo britânico, que se viu poderosamente reforçado pela revolução industrial. O **novo imperialismo** que então emergiu e que desembocaria na Primeira Guerra Mundial guarda especificidades marcantes que precisam ser discutidas.

2. **O IMPERIALISMO MERCANTILISTA**

Inquestionavelmente, a expansão comercial da Europa Ocidental, poderosamente impulsionada pelas grandes navegações (ou grandes descobrimentos), que se desdobraram do século XV a inícios do século XVII, trouxe consigo os impérios coloniais da Espanha, Portugal, Inglaterra e França no solo americano. Contudo, não houve a formação de impérios nem na África nem no Oriente, embora no continente africano os europeus estabelecessem uma série de portos ao longo da sua costa meridional, destinados a servir de pontos de apoio para o comércio com a Ásia, sem contar as feitorias para extrair ouro e entrepostos no interior do continente para obter o vil metal, marfim e escravos. No continente asiático, por sua vez, restringiram-se a fundar bases fortificadas para defender e possibilitar o comércio com as sociedades existentes, não apenas porque não tinham os recursos financeiros e mesmo a base demográfica para armar, transportar e manter exércitos poderosos na região, mas em razão do próprio poderio dos reinos ali localizados. Afinal,

> [d]urante os primeiros três séculos de colonização, os europeus não desfrutaram de qualquer superioridade técnica ou militar sobre os países asiáticos, nem sobre aqueles submetidos ao domínio islâmico. No século XVI, eles tinham canhões e mosquetes (...), mas ainda usavam as armas antigas: a lança, a espada e a besta. Sua eficácia guerreira dependia da disciplina e experiência adquiridas nas guerras européias e não de seu poder de fogo. Os navios europeus estavam armados com canhões e eram mais poderosos que os dos outros povos, mas ainda no final do século XVI não tinham o poder de fogo necessário para bombardear com sucesso os navios do inimigo ou suas fortificações terrestres (MOMMSEN, 1969, p. 10).

Porém, se "[o]s asiáticos tinham organizações políticas poderosas, exércitos regulares e rifles" (idem, p. 11), o mesmo não ocorria com os ameríndios, que não puderam resistir à invasão europeia, mesmo quando executada por tropas compostas por poucas centenas de combatentes, como as de Hernán Cortéz, que conquistou o México (fev. de 1519 – ago. de 1525) e de Francisco Pizarro, que iniciou a conquista do Peru em novembro de 1532, a qual foi concluída somente em 1572. Em todos os casos, contudo, a conquista e/ou ocupação do território americano foi possível graças à

colaboração de tribos indígenas, que, por diversos motivos, se aliaram aos invasores. No caso do Império Espanhol, esse se fundamentou inicialmente na pilhagem dos índios e, posteriormente, na exploração das minas de ouro e de prata, que alimentaram o poderio da Espanha durante os séculos XVI e XVII. No caso da colônia portuguesa no Brasil, a mesma tornou-se viável graças à produção de açúcar, fundamentada no trabalho escravo de negros capturados na África, embora a pecuária, baseada no sistema de quarteação,[3] e a caça dos índios para escravização tenham desempenhado um papel crucial na ocupação do território. Quanto à penetração inglesa da América do Norte, nas colônias de Virginia, Carolina do Norte e do Sul e na Georgia, para não falar nas ilhas do Caribe, desenvolveu-se o sistema de plantações de produtos tropicais destinados ao mercado europeu com base no trabalho escravo. Em contrapartida, nas outras colônias a ocupação não teve finalidades comerciais, mas se processou como **colonização de povoamento** - os núcleos coloniais foram formados por famílias que procuravam se fixar permanentemente na região, replicando em solo americano a sociedade de onde procediam. O mesmo aconteceria com as colônias francesas, depois da fase das companhias (privadas) de comércio, que tinham o monopólio de exploração de seções dos territórios no ultramar, e que terminou por volta de 1670.

Mesmo no caso do domínio holandês da Indonésia, que teve início com a captura da base dos portugueses de Amboina nas Ilhas Molucas em 1605, tendo prosseguimento com a fundação de Batávia (atual Jacarta), na ilha de Java, em 1619, a tomada de Malaca, na mesma ilha, em 1641, além de várias outras cidades até 1682, ficou adstrito à área costeira e às proximidades das cidades ocupadas na costa. A única exceção, portanto, foi constituída pelas Filipinas, "onde as condições políticas e sociais eram diferentes das que os europeus encontraram na maioria dos países asiáticos", permitindo que "os espanhóis usa[ssem] as técnicas de colonização desenvolvidas na América e cria[ssem] o primeiro, e durante muito tempo também, a única verdadeira colônia européia no Oriente" (p. 92). Não obstante, o controle dessas ilhas pela administração espanhola foi superficial, de modo que permitiu que "[a]s formas sociais e políticas filipinas sobreviveram intactas" (FIELDHOUSE, 1965, p. 87). Assim, com exceção de Manila, que permaneceu como um centro comercial, o resto do território filipino não se transformou em nada pela colonização espanhola, a não ser pela adoção do catolicismo e a consequente multiplicação de igrejas e escolas do tipo europeu.

Exceto, pois, pelas colônias de povoamento da Inglaterra e da França, assim como pelos Impérios espanhol e português na América, para não falar nas Filipinas, os demais empreendimentos europeus no ultramar não tiveram expressão territorial, tratando-se, antes, de empreendimentos estritamente comerciais. Nesse sentido, afora as colônias onde se desenvolveu a produção de açúcar e do tabaco, como no caso das Antilhas, todas as outras áreas ocupadas pelos europeus no ultramar tinham tamanho reduzido, representando verdadeiros enclaves em território desabitado ou hostil, delineando um mosaico de portos fortificados, entrepostos e outras bases de apoio para as atividades comerciais. Como no caso das bases portuguesa, se esses

> pontos de apoio isolados (...), espalhados ao longo das costas, estive[ram] convenientemente à mercê de inimigos com navios, eles estavam igualmente à mercê dos que tinham tropas. Eles eram pequenos, amplamente dispersos e inadequadamente defendidos. A lealdade dos seus habitantes indígenas era incerta, eram geralmente dependentes da boa vontade local para atender a todas

[3] Pelo sistema de quarteação, aos vaqueiros pertenciam um em quatro dos bezerros nascidos vivos, sendo os demais de propriedade do fazendeiro.

> as suas necessidades e precisavam, para o seu alívio, de um volume de mão de obra e transporte que [muitos países europeus eram] incapazes de reunir (SCAMMELL, 1989, p. 13).

Mais do que isso, essa "expansão imperial" ocorreu antes do advento da ordem de produção capitalista, ou seja, antes da liberação dos servos e da formação do mercado de trabalho, embora tenha se estendido bem adentro do período de desenvolvimento do capitalismo, inclusive na Inglaterra.

Tome-se, como exemplo, o "Império português" da África-Ásia, que foi construído depois que Vasco da Gama contornou o Cabo da Boa Esperança em 1497, subiu a costa da África Oriental, chegou aos centros de comércio árabes e islâmicos no norte e, partindo de Malindi, no Quênia, seguiu a rota das embarcações nativas para o oeste da Índia. Tendo "aberto um novo caminho para a vasta economia marítima asiática que se estendia da China e das ilhas da Indonésia até as costas orientais da África e do Oriente Médio" (idem, p. 11), os portugueses o pontilharam de bases fortificadas, que serviam de portos e entrepostos comerciais, ou seja, de pontos de apoio para a longa e complexa rede comercial que estabeleceram ao longo da África e da Ásia.

> [P]ara sua grande sorte, os portugueses não encontraram [na região] nenhuma oposição indígena unida - e de fato se beneficiaram enormemente da cooperação local - enquanto suas depredações por mar causavam pouca preocupação para os governantes dos principais impérios baseados na terra. Nas instruções reais, Afonso de Albuquerque - incansável, brutal e esplêndido - tomou a vital Malaca (1511) e Ormuz (1515), mas fracassou contra Aden, a chave para o Mar Vermelho. Por sua própria iniciativa, ele assegurou a antiga fortaleza muçulmana de Goa (1510) no oeste da Índia, que em breve seria a capital do grandiosamente chamado **Estado da Índia** (...). Na década de 1520, os portugueses adquiriram, por uma combinação de sorte, força e diplomacia, bases ao longo das costas do subcontinente e no Sri Lanka. Eles tinham pontos de apoio vindos da África Oriental - onde, entre outros lugares, mantinham Kilwa e Moçambique - para as Molucas, e estavam empenhadamente se esforçando para desviar o fluxo ocidental das especiarias para longe das veneráveis rotas que atravessavam o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico até a rota que eles haviam aberto ao sul da África.
> (...).
> Uma base foi obtida em Macau (sul da China) e outra no Japão (atingido por acidente em 1543) e durante a maior parte dos próximos cem anos os portugueses se enriqueceram como intermediários e monopolistas em um comércio proibido pelos Imperadores Ming, em que o ouro e as sedas da China eram trocados pela prata do Japão. Indivíduos empreendedores ganharam uma vida boa nas ilhas da Indonésia. Comerciantes e aventureiros chegaram a Burma, Indochina, Manila, Nova Guiné e Seychelles. Na Índia, os comerciantes estabeleceram-se no Cambay muçulmano, em Bengala e na costa de Coromandel. Piratas portugueses perambulavam pela baía de Bengala e capitães libaneses serviam os principezinhos guerreiros na Mesopotâmia. (...) Mas quaisquer que tenham sido os estilos grandiloqüentes adotados por seus governantes - que se chamavam "Senhor da Guiné e da Conquista da Navegação e do Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia" - e apesar da linguagem belicosa de alguns de seus servos, o **Estado** [**da Índia**] nunca se tornou um corpo de terras e povos efetivamente controlados por uma autoridade

> metropolitana. Era uma rede de postos comerciais, ligados por mar e com a influência da pátria espalhada menos por gloriosas façanhas de armas do que pelo zelo dos missionários e o empreendimento dos comerciantes comumente vivendo e trabalhando muito além da mais tênue jurisdição da Coroa portuguesa (ibidem, p. 12).

De qualquer sorte, a busca do ganho comercial, num contexto pré-capitalista de fraqueza dos países europeus diante dos reinos islâmicos e asiáticos, determinou a lógica da expansão imperial europeia na Ásia, condicionada, como não poderia deixar de ser, pela dinâmica do capital comercial, cujos fundamentos estão constituídos pela mera circulação de mercadorias.

Como esclarece Marx (1894, Livro III, Cap. 20, p. 244-5),

> [p]elo fato de o capital comercial estar preso à esfera da circulação e sua função consistir exclusivamente em mediar o intercâmbio de mercadorias, então, para sua existência - abstraindo-se formas não desenvolvidas, que se originam do comércio de trocas diretas -, não são necessárias quaisquer outras condições que as da circulação simples de mercadorias e de dinheiro. (...) Seja qual for o modo de produção com base no qual se tenham produzido os produtos que ingressam como mercadorias na circulação - seja com base na comunidade primitiva ou na produção escravista ou na pequena produção camponesa e pequeno-burguesa ou na capitalista -, isso em nada altera seu caráter enquanto mercadorias, e enquanto mercadorias eles têm de realizar o processo de intercâmbio e as alterações de forma que o acompanham. Os extremos, entre os quais o capital medeia, são dados para ele exatamente como são dados para o dinheiro e para o movimento do dinheiro. A única coisa necessária é que esses extremos existam como mercadorias, quer a produção seja agora em todo o seu volume de produção de mercadorias, quer apenas o excedente dos produtores economicamente autônomos, além de suas necessidades diretas, satisfeitas por sua produção, seja lançado ao mercado. O capital comercial medeia apenas o movimento desses extremos, das mercadorias, enquanto pressupostos que lhe são dados.

Antes da revolução industrial gerada pelo capitalismo, portanto, o desenvolvimento do comércio ocorreu de forma independente, ou seja, fundamentou-se na troca de mercadorias produzidas em sociedades pré-capitalistas, ou seja, em comunidades indígenas primitivas, mesmo com base no trabalho compulsório, como no caso da produção escravista de açúcar nas Antilhas e da extração e beneficiamento da prata nas minas de Zacatecas, no México, e de Potosí, no Peru, na pequena produção camponesa ou feudal, como no caso da produção de trigo na Europa Oriental, ou ainda na pequena produção artesanal, como da fabricação de tecidos na Índia e de porcelana e tecidos de seda na China. Como no caso do comércio pelos venezianos, genoveses, holandeses, etc.,

> o principal lucro é obtido não pela exploração dos produtos do próprio país, mas pela mediação de intercâmbio dos produtos de comunidades não desenvolvidas, tanto comercialmente quanto nos demais aspectos econômicos, e pela exploração de ambos os países produtores. Aqui o capital comercial está puro, separado dos extremos, das esferas da produção entre as quais medeia. Essa é a fonte principal de sua formação (idem, p. 247).

O lucro comercial origina-se, é claro, da diferença de preços das mercadorias nas regiões produtoras e nos mercados consumidores, diferença essa que, durante a era mercantilista, foi mantida pela restrição, pela força, da produção e da concorrência, de modo que os mercados permaneceram sempre mal abastecidos.[4] As elevadas as margens de lucro resultantes eram suficientes para cobrir com folga os elevados custos de transporte e de armazenagem, para não falar nos custos das forças armadas necessárias para suprimir a concorrência, proteger os portos, entrepostos e as rotas comerciais e manter a pressão sobre os produtores, forçando-os a transferir para os comerciantes o excedente gerado na produção. Não é sem motivo, aliás, que a guerra entre as nações comerciantes - necessária para manter restrita, senão eliminar a concorrência -, e o uso da violência para forçar os produtores a fornecerem, a custo baixo, as mercadorias passíveis de serem comercializadas com lucro, vão caracterizar esse período, para não falar no imperialismo, ou seja, na formação de colônias na América e de uma rede de postos fortificados ao longo das rotas comerciais.

3. **A GRÃ BRETANHA E O "IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO"**

Conforme salientado na seção 2,

> [a]ntes dos impactos da Revolução Industrial, as mudanças impostas ao mundo não-Europeu foram largamente confinadas a: (i) ocupação de áreas que forneciam metais preciosos, escravos e produtos tropicais então em grande demanda; (ii) estabelecimento de colônias por colonizadores brancos ao longo da costa da América do Norte; e (iii) estabelecimento de postos de comércio e fortes e aplicação de força militar superior para obter a transferência para os mercadores europeus do máximo possível do mundo do comércio (MAGDOFF, 1978, p. 18)

É claro que, por volta de 1700, havia ocorrido profunda transformação no proveitoso comércio entre o Ocidente e a Ásia, sendo o mesmo, então,

> virtualmente monopolizado pela Inglaterra e pela Holanda, além do que restava para os franceses e para várias outras pequenas empresas europeias das Índias Orientais (...). Tratava-se de um comércio que não era mais principalmente de especiarias, mas - a não ser de "mercadorias rústicas", como o salitre e o açúcar usados como lastro para os navios - em grande parte composto por tecidos de algodão, pedras preciosas, sedas e artefatos de luxo da China. E estava apenas no começo a importação de café e chá, que teria enormes consequências para o futuro (SCAMMELL, 1989, p. 19).

[4] Referindo-se à política comercial portuguesa com os países asiáticos no século XVI, salienta Fieldhouse (1965, p. 83) que essa "consistiu em manter os preços altos, excluindo a concorrência e limitando suas próprias importações. Para evitar infrações a seu quase monopólio e sendo reduzido o volume do comércio, enviava ao Oriente tão somente uma frota por ano. (...) O monopólio foi posteriormente reforçado pela canalização de todo o comércio através de Goa, a capital do império português no Oriente". Como não poderia deixar de ser, "[n]o século XVII, os princípios portugueses foram adotados por concorrentes e sucessores" (idem).

Mais do que isso, até o início da revolução industrial, afora a Espanha, cujo controle das Filipinas era mais nominal do que real, nenhum outro país europeu tinha colônias no Oriente. No caso da Inglaterra, que seria o primeiro país do mundo a se industrializar, seus empreendimentos no Oriente tinham sido encetados pela Companhia das Índias Orientais, criada em 1600 e, como no caso das outras potências européias, "teve que confiar acima de tudo nas concessões dos soberanos [da Ásia] para estabelecer postos comerciais ou armazéns fortificados nos pontos necessários" (FIELDHOUSE, 1965, p. 96). Até 1760, os seus únicos baluartes na região estavam constituídos pela antiga base de Bencoolen (estabelecida em 1685) na Sumatra ocidental, e três bases fortificadas na Índia: a ilha fortificada de Bombaim, que "era o centro da costa ocidental e o único território sobre o qual os britânicos tinham plena soberania" (idem, p. 97); Madras, que representava "uma concessão do monarca da Golconda, renovada pelo grande Mogul[5] quando [a] conquistou em 1690, em troca de uma soma simbólica" (idem) e Calcutá, onde obteve permissão de ocupar o Forte William.

> E, sem embargo, em princípios do século XIX, a Holanda controlava diretamente boa parte de Java e outros territórios menores na Indonésia e possuía grande parte de Ceilão, até que teve de cedê-la à Inglaterra em 1796. Em 1818, a Grã Bretanha governava diretamente, ou controlava indiretamente, toda a Índia salvo o Punjab, o Sind e a fronteira do noroeste. Um progresso tão fulgurante, que significou o começo da criação dos modernos impérios europeus no Oriente, no se pode explicar com una simples fórmula (FIELDHOUSE, 1965, p. 103).

Segundo Fieldhouse (1965, p. 103-5), a "fórmula" veio com as mudanças da situação política nos grandes reinos da região, particularmente no Império Mogul, cuja autoridade se desintegrou, abrindo espaço para a dominação europeia, que, mesmo assim, passaria a se exercer, em grande parte, de modo indireto, através de alianças com reinos menores sob o seu controle. Além disso, Filedhouse ainda salienta o impulso dado pela rivalidade das potências europeias, a possibilidade de angariar, através da tributação, recursos que cobrissem os custos dos empreendimentos comerciais, ampliando a sua lucratividade e, finalmente, "o desejo dos funcionários da[s] empresa[s de comércio] de garantir uma fortuna pessoal roubando ou extorquindo soberanos asiáticos" (idem). De qualquer forma, como o próprio Fieldhouse aponta, o sucesso só se fez possível porque os ingleses e holandeses aliaram-se a reinos locais e, após a vitória, conseguiram subordinar, através de ardis, os aliados nativos.

Na verdade, embora esses fatores tenham sido verdadeiramente decisivos para a emergência do colonialismo territorial na Ásia, o mesmo se veria poderosamente reforçado pelo avanço da industrialização, resultado último do surgimento do capitalismo, cujo desenvolvimento ganhou gigantesco impulso com a Revolução Industrial, particularmente no Reino Unido a partir de 1750-1760. Isto porque a industrialização, em primeiro lugar, forneceria aos Estados dos países industrializados recursos materiais e financeiros que nenhum dos reinos e impérios pré-capitalistas poderiam sequer sonhar. Em segundo lugar, a revolução técnico-científica associada traria consigo uma revolução da arte da guerra, colocando nas mãos dos países capitalistas armas inacessíveis aos outros povos, enquanto a expansão do ensino e a

[5] O Império Mogul, fundado por Badur (1483 –1530), da dinastia timurida de origem turco-mongol, dominou grande parte do subcontinente indiano, compreendendo a maior parte do que é hoje a Índia, Paquistão, Afeganistão e Bangladesh entre 1526 até 1857.

disciplina nas empresas facilitariam enormemente o treinamento de exércitos regulares e o desenvolvimento de novas táticas militares. De mais a mais, a perda de poder por parte da grande nobreza em favor da burguesia e da burocracia tecnocrata favoreceriam o surgimento de uma oficialidade profissional, descolada do nepotismo de outrora. Em quarto lugar, a industrialização, apesar de ampliar a miséria das massas populares, particularmente no campo, aceleraria o crescimento demográfico, como nos casos do Reino Unido, da França, da Bélgica e da Holanda, ampliando a base do recrutamento de soldados, num contexto de crescente disponibilidade financeira por parte do Estado. Finalmente, a Revolução Industrial transformaria completamente as correntes de comércio, pois os países que se industrializavam, particularmente a Inglaterra, passariam a exportar produtos industrializados que substituiriam progressivamente a importação de manufaturas da Ásia, passando a importar matérias-primas e alimentos. Com o tempo, os produtos industrializados exportados pelos países capitalistas iriam destruir o artesanato independente e mesmo a indústria doméstica rural mundo afora, levando à ruína os artesãos e camponeses dos países não industrializados, que se empobreceriam progressivamente, gerando o fenômeno do subdesenvolvimento.

É claro que esses impactos da industrialização não se fariam sentir em plena força a não ser em meados do século XIX, quando a Inglaterra - a grande beneficiária da derrota de Napoleão Bonaparte, definitiva em 1815 - já se transformara na maior potência econômica e naval do mundo. Aí, então, a nova expansão imperial britânica não se fez esperar, pois, como informam Gallagher e Robinson (1953, p. 2-3),

> [e]ntre 1841 e 1851, a Grã-Bretanha ocupou ou anexou a Nova Zelândia, a Costa do Ouro, Labuan [na Malásia], Natal [África do Sul], Punjab, Sind e Hong Kong. Nos vinte anos seguintes, o controle britânico foi estabelecido sobre Berar Oudh [Índia], Baixa Birmânia e Kowloon [Hong Kong], sobre Lagos e a região de Serra Leoa, sobre Basutolândia [hoje, Lesoto], Griqualândia e o Transvaal [África do Sul]; e novas colônias foram estabelecidas em Queenslândia [Austrália] e na Columbia Britânica.

Paradoxalmente, no mesmo período difundiu-se, no então Reino Unido,[6] a ideologia da descolonização e do anti-imperialismo, associada ao livre-comércio. Conforme salienta Lênin (1917, p. 203), "entre 1840 e 1860, os dirigentes políticos burgueses desse país eram adversários da política colonial e consideravam útil e inevitável a emancipação das colônias e a sua separação completa da Inglaterra". Schuyler (1945, p. 45), por sua vez, estende essa fase para a década seguinte, declarando que "foi durante esses anos que as tendências para a ruptura do império alcançaram seu clímax".

O paradoxo se dissolve, contudo, quando se toma em conta, em primeiro lugar, que a ideologia de descolonização servia aos propósitos das potências europeias, interessadas no desmembramento dos impérios pré-capitalistas então existentes, particularmente do Império Otomano, que ocupava os Balcãs, praticamente toda a costa norte da África a leste do Marrocos, o Egito, quase todas as costas de ambos os lados do Mar Vermelho, a Palestina, a Síria, a Anatólia (Turquia) e o Iraque. Assim, por exemplo, a Inglaterra, França e Rússia não titubearam em intervir em 1827 em favor dos rebeldes gregos, que estavam sendo derrotados pelas forças turcas, apoiada pela esquadra do quediva (vice-rei) do Egito, Muhammad Ali, e garantiram a independência

[6] O Reino Unido é formado pela Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

da Grécia, que foi reconhecida três anos depois. Entretanto, o Império Otomano foi preservado com receio de que seu esfacelamento completo resultasse no controle do Estreito de Dardanelos pela Rússia. Como aponta Quataert (2000, p. 56), diante do avanço russo, muitas vezes a apoiar os movimentos revolucionários dos povos balcânicos, os líderes das demais potências europeias "concordaram em procurar manter sua integridade, por exemplo, revertendo na mesa de negociações os resultados potencialmente devastadores da[s] guerra[s] [contra o Império Russo] e, em 1856, admitindo o estado otomano no 'Concerto da Europa'".

Mas, acima de tudo, a industrialização, conforme salientado, tornou os produtos manufaturados ingleses, particularmente os tecidos e os artefatos de ferro, progressivamente mais baratos do que os produtos do artesanato em praticamente todo o mundo, tornando dispensáveis as barreiras alfandegárias e não tarifárias erguidas durante o período mercantilista, para não falar nos subsídios à produção e exportação de manufaturas e o sistema do exclusivo colonial.[7] Mais do que isso, tornou-se possível abraçar o livre comércio, não apenas porque a concorrência externa deixou de representar qualquer ameaça, mas porque sua adoção por outros países favorecia as exportações britânicas. Daí o apoio do Reino Unido ao processo de descolonização, iniciado pela independência dos Estados Unidos, e que tomaria grande impulso como resultado da revolução francesa e das guerras napoleônicas. Daí, também, o discurso em favor do desmantelamento das colônias e o fim do imperialismo europeu por parte de políticos e da imprensa, enquanto se dava continuidade à expansão colonial, com a aquisição de várias colônias e a ampliação das esferas de influência da Grã-Bretanha. Em particular, assistiu-se, no período, a novas guerras e anexações na Índia, para não falar na promoção governamental direta dos produtos ingleses, "a manipulação governamental das tarifas para ajudar as exportações britânicas, a construção de ferrovias a taxas de juros elevadas e garantidas para abrir o interior continental" (GALLAGHER e ROBINSON, 1953, p. 4), tudo em franco contraste com o discurso oficial de então, de *laissez-faire*.

Destarte,

> [à] medida que a revolução industrial britânica se expandia, novos mercados e fontes de suprimento estavam conectados a ela em diferentes épocas e o tipo de ação imperialista que acompanhava esse processo variava de acordo com isso. Assim, técnicas mercantilistas de império formal estavam sendo empregadas para desenvolver a Índia em meados da era vitoriana,[8] ao mesmo tempo em que técnicas informais de livre comércio eram usadas na América Latina para o mesmo fim (Gallagher e Robinson, 1953, p. 6).

Assim como a pressão britânica para a eliminação do trabalho escravo, também o apoio à independência dos países latino-americanos foi fruto dos novos contornos da economia do Reino Unido, que se utilizou da sua preeminência advinda com a derrota de Napoleão Bonaparte e do poderio sem paralelo da esquadra inglesa para impor, sempre quando possível, o **imperialismo de livre comércio**, na expressão de Gallagher e Robinson (1953). Nas palavras de Figes (2010, p. 65),

[7] Pelo sistema do exclusivo colonial, as colônias poderiam importar produtos exclusivamente da metrópole, ainda que esses produtos fossem originariamente fornecidos por outros países.

[8] Corresponde ao período do reinado da Rainha Vitória, de junho de 1837 a janeiro de 1901.

> [c]omo potência industrial dominante no mundo, a Grã-Bretanha em geral fazia força para abrir mercados globais ao livre-comércio; como potência naval dominante, estava preparada para usar sua frota para obrigar governos estrangeiros a abrir seus mercados. Esse era um tipo de "império informal", um "imperialismo de livre mercado" no qual o poder militar e a influência política da Grã-Bretanha aumentavam sua hegemonia comercial e bloqueavam a independência de governos estrangeiros sem os controles diretos da administração imperial.

Nesse sentido, a Grã-Bretanha bloqueou, em princípios do século XIX, a reação metropolitana aos movimentos de libertação nacional das colônias latino-americanas da Espanha, tendo o ministro britânico das relações exteriores, Lord Canning, reconhecido oficiosamente a independência dos novos países em 1923.[9] Também o apoio e o reconhecimento da independência do Brasil por parte do Reino Unido foram importantes para a sua efetivação. Em todos esses casos, a moeda de troca foi a adoção ou manutenção de reduzidas tarifas de importação dos produtos britânicos. Mas, além disso, ademais da revogação do exclusivo metropolitano, por pressão de Londres, "um grande número de acordos de comércio internacional foram assinados, abolindo tarifas elevadas, cláusulas preferenciais e todas as outras medidas protecionistas, de modo que, em meados do século XIX, o comércio internacional era em grande parte livre" (FIELDHOUSE, 1965, p. 125).

Na África Subsahariana, as potências europeias, principalmente a Inglaterra e a França,

> tentaram canalizar o comércio através de seus portos ou impor as mesmas tarifas aduaneira nos portos independentes. Os ingleses bloquearam a Costa do Ouro, graças à aquisição dos fortes dinamarqueses em 1850 e do porto holandês de Elmina em 1872. Lagos foi garantida em 1861, e de lá eles estenderam seu controle para o oeste (ibidem, p. 135-6)

Mas o caso mais notório do imperialismo de livre comércio veio com as **Guerras do Ópio**, movidas pelo Reino Unido de forma a garantir a entrada da droga no imenso mercado chinês. O conflito se explica pelos enormes déficits da balança de comércio entre a Grã Bretanha, que, apesar do avanço da industrialização, ainda não conseguira contrabalançar as importações da China de seda, porcelana e chá. Para equilibrar a balança comercial, a Companhia Britânica das Índias Orientais começou a vender o ópio cultivado na Índia para comerciantes que contrabandeavam o produto para a China. Quando, em 1839, o governo chinês confiscou 1.210 toneladas do produto de posse dos contrabandistas, a Grã Bretanha enviou poderosa esquadra, que causou devastação entre os juncos e portos chineses, forçando Beijim a assinar o Tratado de Nanquim de 1842, com a indenização dos contrabandistas, a concessão de extraterritorialidade aos súditos britânicos, a abertura de cinco portos a comerciantes estrangeiros e a cessão da ilha de Hong Kong à Inglaterra. Aproveitando o ensejo, os Estados Unidos impuseram condições semelhantes, através do Tratado de Wanghi de julho de 1844, sendo seguidos pela França, que impôs o Tratado de Whampoa, assinado em outubro do mesmo ano. Seguiu-se nova atuação imperial da Inglaterra, que, usando como desculpa ataques sofridos por cidadãos britânicos perto de Cantão, atacou e

[9] Sintomaticamente, declarou Lord Canning em 1924 que "[a] América espanhola é livre; se nós não manejarmos mal nossos interesses, ela é inglesa".

capturou fortes ao longo do Rio das Pérolas e nas cercanias da cidade em abril de 1947. Não satisfeita, Londres ainda lançou nova campanha militar em outubro de 1856, dando início à Segunda Guerra do Ópio, que se estenderia até 1860, com o envolvimento da França, dos Estados Unidos e da Rússia. Com a entrada das tropas anglo-francesas em Beijim em outubro de 1860, a China finalmente cedeu, tendo acordado em ratificar os Tratados de Tianjin, de junho de 1858, e a Convenção de Beijim. Entre as diversas concessões arrancadas à China pelas potências interventoras, destacam-se a abertura de mais dez portos chineses ao comércio exterior, o direito das embarcações estrangeiras navegarem livremente no rio Yangtze e dos estrangeiros de circularem livremente no país, a autorização de transportar chineses contratados para as Américas, a legalização do comércio de ópio e, finalmente, o pagamento de pesada indenização à Inglaterra e à França.

Esses "eventos na China foram de importância crítica para a 'abertura' do Japão" (BEASLEY, 1989, 260), convencendo as potências europeias que a "diplomacia de canhoneira" poderia ser usada de maneira econômica e bem sucedida contra o Japão. E, de fato, no dia 8 de julho de 1853, os quatro “navios negros de homens diabólicos”, dois dos quais belonaves que "cuspiam fogo como dragões" (navios mistos de vapor e velas), do comodoro Matthew Perry da marinha dos EUA penetraram na baia de Edo (hoje Tóquio), proibida a barcos estrangeiros. Diante de um *show de force* que incluiu salvas de seus poderosos canhões "em honra do imperador" do Japão, a liderança japonesa cedeu às demandas norte-americanas, com a assinatura do Tratado de Kanagawa, em março de 1854. Seguiu-se uma fase de negociações, assinatura de tratados entre o Japão e as potências européias, além dos EUA, o que não evitou as ações militares, como o ataque do USS Wyoming a navios japoneses ancorados no estreito de Shimonoseki em 16 de julho de 1863, o bombardeio de Kagoshima por belonaves britânicas em 6 de agosto de 1863 e novo ataque ao estreito de Shimonoseki por uma esquadra de navios holandeses, franceses, ingleses e norte-americanos, em setembro de 1864. Finalmente, em junho de 1866 celebrou-se uma Convenção o Japão e as potências ocidentais,a qual, "pode dizer-se, concluiu a abertura do Japão ao comércio exterior" (idem, p. 301). A maioria das mercadorias ficaram sujeitas a uma taxa alfandegária de 5%, e "[a]lguns

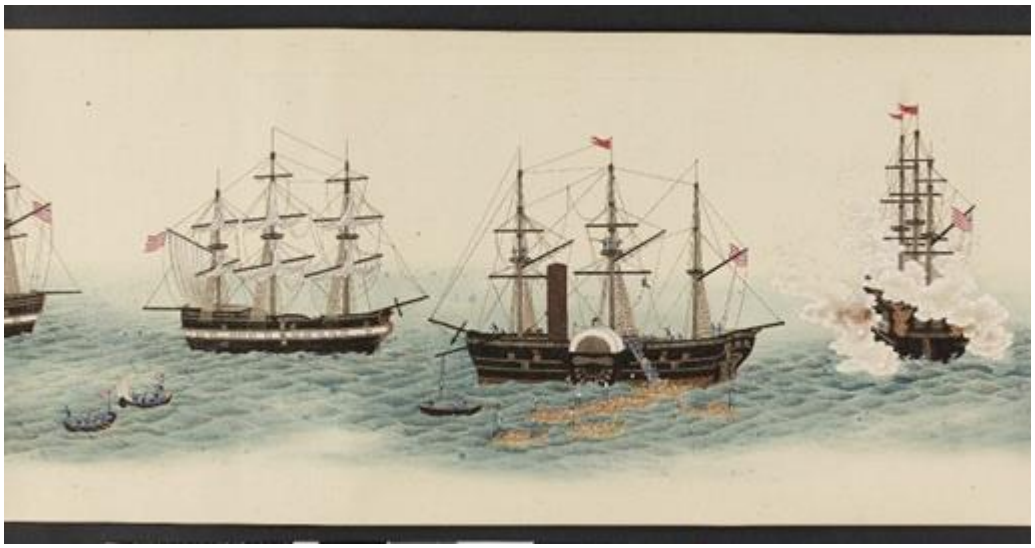

Figura 1. Os "Navios Negros" de Matthew Perry na Baía de Edo, 1854
Fonte: *The British Museum*, n. 2013,3002.1

itens, como livros, ouro e prata, carvão ou grãos, podiam ser importados com isenção de direitos" (ibidem, p. 301-2). Tarifas superiores a 5% não poderiam ser estabelecidas até 1899. Além disso, os japoneses ficaram livres para negociar diretamente com estrangeiros nos portos abertos do Japão e também no exterior. Finalmente, todos os japoneses ficaram autorizados a viajar para qualquer país estrangeiro.

É claro que o sucesso da "diplomacia da canhoneira" na Ásia só foi possível porque, devido à Revolução Industrial,

> [o] armamento e a técnica militar e naval da Europa [haviam progredido] enormemente, destruindo o antigo equilíbrio de forças. Os estados islâmicos e outros estados seculares, que até aquele momento conseguiram resistir, não podiam mais responder aos ataques de forças que ainda eram em número reduzido. (...) Os estados indígenas, outrora obstáculos formidáveis, entra[vam] em colapso no primeiro choque (FIELDHOUSE, 1965, p. 127-8).

Por outro lado,

> [d]urante meio século as rivalidades dos estados europeus foram aplacadas. Os impérios coloniais não serviam mais para o jogo da diplomacia, nem eram precisos para a estratégia da guerra. O predomínio da Inglaterra foi particularmente importante, que manteve até 1890 uma supremacia naval incontestável e foi também o único poder que ainda possui um vasto império ultramarino. A Inglaterra estava em condições de conquistar qualquer região do mundo acessível a partir do mar e manter os outros longe (FIELDHOUSE, 1965, 126).

Sem embargo, conforme salientado anteriormente, prosseguiu a expansão imperial europeia, com a incorporação de quase 17 milhões de quilômetros quadrados entre 1800 a 1878, de forma que, se no início desse período, a Europa e suas possessões (incluindo as antigas colônias) cobriam quase 55% da superfície da Terra, em 1878 respondiam por 67%.

Destarte, além do aumento do Império Britânico, também a França re-encentou sua antiga expansão colonial, tendo invadido a Argélia em 14 de junho de 1830, capturando Argel no dia 5 de julho, o que não fez cessar a resistência dos nativos, que se prolongou até 1847. Por sua vez, a Holanda aproveitou-se de uma revolta local para anexar a ilha de Bali, na Indonésia, em 1850, assim com "parte das [ilhas] Celebes em 1858-59 para eliminar a pirataria e a Billiton por suas minas de estanho. O sultanato de Bandjarmasin, em Bornéu, foi anexado em 1859-63 após uma revolta contra o predomínio holandês" (idem, p. 150). Já o Império Russo, diante do enfraquecimento da China resultante das Guerras do Ópio, da derrota na Guerra da Crimeia (1953-1856) e, igualmente, do avanço dos interesses comerciais dos EUA no Pacífico, deu novos e gigantescos passos em sua expansão para o Oriente, tendo Beijim, pelo Tratado de Aigun e pela Convenção de Beijim, cedido a região da bacia do Amur e a Leste de rio Ussuri, incluindo a ilha Sacalina. Com a construção da cidade portuária de Vladivostok em 1860, o Império Russo tornou-se uma potência no Pacifico.

4. **O "NOVO IMPERIALISMO" E O CAPITAL FINANCEIRO: 1870-1914**

No último quartel do século XIX, assistiu-se a uma aceleração vertiginosa da expansão colonial das potências capitalistas, ou, conforme salienta Mommsen (1969, p. 137), "a

febre do imperialismo tom[ou] conta dos gabinetes europeus progressivamente e sem que os próprios políticos est[ivessem] conscientes". De fato, entre 1883 a 1914, mas, particularmente, depois da Conferência de Berlim de novembro de 1884 a fevereiro de 1885, "[o] ritmo da expansão imperialista aumentou acentuadamente: mais territórios coloniais foram adquiridos durante esse período do que nos três quartos do século anteriores" (FIELDHOUSE, 1965, p. 157).[10] Além disso, mudou o seu caráter, pois, diferentemente do que havia ocorrido durante o período de "imperialismo do livre comércio", a nova expansão de deu essencialmente através de colônias formais, de modo que, como salienta Hobsbawm (1987, p. 52), esse período tornou-se "a era de um novo tipo de império, o colonial". Como resultado, de 1878 a 1914 cerca de 22,5 milhões de Km^2 foram incorporados pelos estados europeus, cujos domínios passaram a abranger 84,4% da superfície terrestre no fim desse período. Destarte, "[e]m 1914, os países importantes que nunca estiveram sob domínio europeu eram apenas a Turquia, algumas regiões da Arábia, Pérsia, China, Tibete, Mongólia e Sião. E, junto com as novas colônias, novas potências coloniais apareceram em cena: Itália, Bélgica, Estados Unidos e Rússia" (FIELDHOUSE, 1965, p. 126).

Na verdade, como salienta DARWIN (2019, p. 64), entre 1870 e 1900, "o mapa político e econômico do mundo foi redesenhado", pois, além da emergência de novas potências mundiais, "[a] África, o sudeste da Ásia e do Pacífico foram divididos, deixando apenas fragmentos da soberania local: Etiópia, Libéria, Sião. Os grandes impérios eurasianos dos otomanos, Qajars[11] e Qing[12] pairavam à beira do colapso: sua divisão entre predadores rivais parecia iminente e inevitável". Nas palavras de Lênin (1917, p. 36),

> a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um ‘proprietário’ para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um ‘dono'.

[10] Embora tratasse exclusivamente da colonização da África, a Conferência de Berlim " deu um enorme impulso a à expansão colonial. Declarou, em sustância, aberta a partida, estabelecendo também suas regras" (FIELDHOUSE, 1965, p. 163-4).

[11] Dinastia turca que regeu o Irã de 1789 a 1925.

[12] Última dinastia da China, cujo término se deu em 1812.

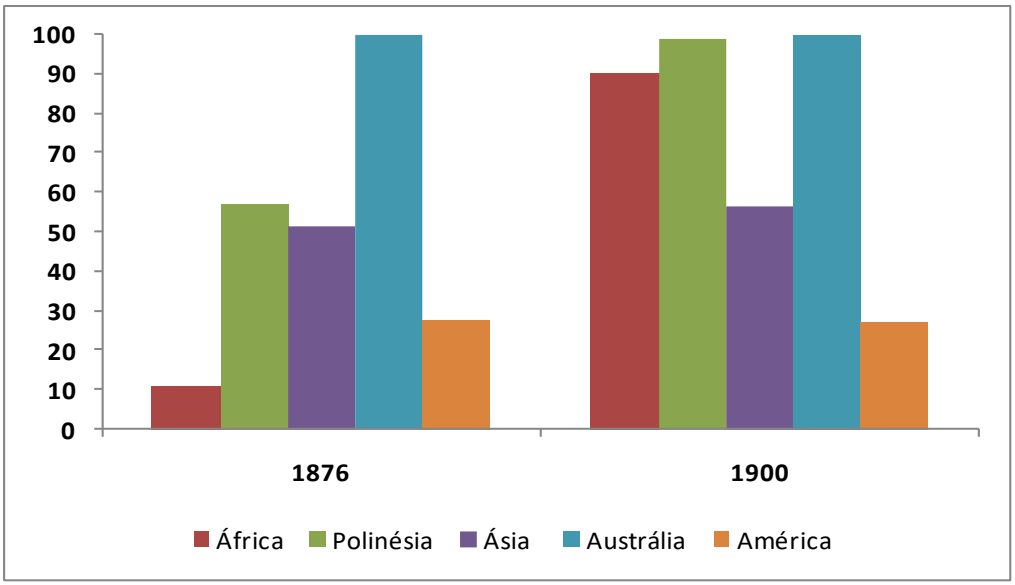

Figura 2. Porcentagem Territorial sob Domínio Estrangeiro, 1876-1900
Fonte: Lênin, 1917, p. 36

Ora, se o "imperialismo de livre-comércio" se explica pela emergência do capitalismo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, a proporcionar uma enorme vantagem tecnológica, econômica, social e, portanto, militar sobre os países pré-capitalistas, que sucumbiram diante do avanço imperial, resta saber qual ou quais teriam sido as razões por detrás do "novo imperialismo" que avassalou o mundo a partir de 1870.

Para Fieldhouse (1965), seriam quatro as explicações para a febre imperialista de fins do século XIX: (i) a industrialização da Europa continental e o ressurgimento do protecionismo teriam tornado "as colônias tropicais mais necessárias do que nunca como mercados para as manufaturas da metrópole, setores de investimentos para capital excedente e uma fonte segura de matérias-primas" (idem, p. 157);[13] (ii) o crescimento do nacionalismo europeu, particularmente depois da unificação da Alemanha e da Itália;[14] (iii) a mera continuação da tendência anterior, num contexto de crescente nacionalismo nos países sob domínio informal e colisão das potências imperialistas, agora em maior número;[15] (iv) os novos métodos da diplomacia europeia que emergiram com "a brusca reivindicação de colônias por parte de Bismarck em 1884-85" (ibidem, p. 159), que as utilizou como meios de troca em suas negociações internacionais. Além desses fatores, Porter (1994, p. 71) assinala as consequências negativas das flutuações econômicas, ou, para ser exato, os efeitos da "Grande Depressão do Século XIX", que se estendeu de 1873 a 1896, a criar, conforme salienta Wells (apud HOBSBAWN, 1987, p. 34), a "ameaça de um contingente de bárbaros

[13] Conforme afirma Hobsbawm (1987, p. 58), "o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados".

[14] Nas palavras de Porter (1994, p. 70-1), "[u]ma das principais linhas no processo pelo qual o imperialismo passou a assumir uma importância muito maior estava na revolução política européia alcançada pelo surgimento da Alemanha das guerras de 1866 e 1870, a derrota francesa e o estabelecimento da Terceira República, a humilhação da Áustria e a unificação da Itália e a reafirmação russa de sua posição".

[15] "[O]s acidentes ou oportunidades que moldaram a presença da Europa no exterior antes de 1860 continuaram a exercer sua influência na expansão posterior" (PORTER, 1994, p. 69).

internos (...), que investiria contra toda a organização atual da sociedade, ameaçando inclusive a continuidade da própria civilização",[16] o que exigia contramedidas governamentais que se apaziguassem as classes descontentes.

Muito embora não se possa negar que esses fatores efetivamente fizeram sentir seu peso como **causas** da expansão imperial no período, nenhum deles chega às **razões** últimas que a condicionaram, que devem ser buscadas nas mudanças do ambiente sócio-econômico e, portanto, político, então ocorridas. Na verdade, a criação de impérios coloniais representa apenas um de aspecto da "nova fase no padrão geral de desenvolvimento nacional e internacional, notavelmente diferente do mundo liberal de livre comércio e livre concorrência de meados do século [XIX]" (HOBSBAWN, 1987, p. 53-4), cuja emergência teria provocado, inclusive, a própria Depressão, exigindo contramedidas governamentais adequadas.

Os principais autores que identificaram as mudanças no padrão de desenvolvimento capitalista e as conectaram com o fenômeno do "novo imperialismo" foram John A. Hobson (1858-1940) e Vladimir Ilich Lênin (1870-1924). Já em seu artigo *Free Trade and Foreign Policy* de 1898, Hobson introduziu uma nova linha de argumentação sobre as origens do imperialismo, sustentando que **as finanças representavam a força primária que moldava a política imperial britânica**, o "governador do motor imperial" como diria no seu famoso livro *Imperialismo* (1902, p. 59).[17] Apesar de não negar o papel de outros fatores, tais como "patriotismo, aventura, empreendimento militar, ambição política e filantropia", apostava que as finanças "deviam ser consideradas como o verdadeiro determinante" da política imperial (idem, p. 96). Para ele, os especuladores e investidores "desejam usar os recursos de seu governo para minimizar [os] riscos, e, assim, aumentar o valor do capital e… também desejam que a Grã-Bretanha submeta outros territórios estrangeiros sob sua bandeira para garantir novas áreas para investimentos lucrativos e especulação" (ibidem, p. 85). Para Hobson,

> havia uma relação especial entre as exportações de capital e esse novo tipo de imperialismo agressivo. Ele argumentou que essa agressão derivava do fato de que o investimento de capital, ao contrário do comércio de mercadorias, levava tempo para frutificar e, portanto, exigia supervisão próxima e frequente em nome da nação credora (ALLETT, 1981, p. 134).

O aumento das exportações de capital, por sua vez, seria o resultado da má distribuição de renda, que se agravara com as transformações estruturais do capitalismo, com o **declínio da livre concorrência** e o desenvolvimento dos trustes e cartéis, ou

[16] A Grande Depressão "foi também uma era de grande agitação social. Não apenas entre os agricultores, que (...) foram abalados pelos tremores sísmicos do colapso dos preços dos produtos agrícolas, mas também entre as classes operárias. Não é óbvio o motivo pelo qual a Grande Depressão levou à mobilização maciça das classes operárias em numerosos países e, a partir do final dos anos 1880, à emergência dos movimentos de massa socialistas e trabalhistas em muitos deles" (HOBSBAWN, 1987, p. 41).

[17] A abordagem de Hobson foi muito influenciada pelos acontecimentos no sul da África, que desembocaram na Guerra dos Boers (1899 e 1902) e na formação da África do Sul, como país dentro da Comunidade Britânica. Em seu livro *The War in South Africa: Its Causes and Effects* (1900), Hobson, embora de forma rudimentar, "fez uma tentativa de descobrir as maquinações de empresários e financistas por trás do manto do paternalismo e das boas intenções com as quais a guerra estava envolta" (ALLETT, 1981, p. 131).

seja, do que mais tarde seria denominado **capitalismo monopolista** (ou **capitalismo monopolista de Estado**). Nas suas palavras (HOBSON, 1902, p. 75-7),

> [n]a livre competição dos fabricantes que precederam [a formação de trustes e cartéis], a condição crônica é de "superprodução", no sentido de que todas as usinas ou fábricas só podem ser mantidas trabalhando reduzindo os preços a um ponto em que os concorrentes mais fracos são forçados a fechar (...). Esta concentração da indústria (...) limita de uma só vez a quantidade de capital que pode ser efetivamente empregada (...).É evidente que [a formação do] truste que é [potencialmente] motivada pela competição predatória, devido a um excesso de capital, normalmente não pode encontrar emprego "confiável" na própria indústria para a parte dos lucros que os fabricantes desejam poupar e investir (...). Dois cursos econômicos foram abertos a eles, ambos levando ao abandono do isolamento político do passado e à adoção de métodos imperialistas (...). [Primeiro], eles podem empregar todo o seu poder produtivo (...) e, enquanto ainda regulam a produção e os preços para o mercado doméstico, eles podem "trapacear"nos mercados externos, *dumping* os seus excedentes a preços que não seriam lucrativos no mercado interno. [Segundo], eles podem empregar suas poupanças na busca de investimentos fora de seu país (...) tornando-se (...) uma classe de credores para países estrangeiros. Foi essa súbita demanda por mercados estrangeiros (...) que foi responsável pela adoção do Imperialismo.

Essas mesmas teses, ou seja, de que o "novo imperialismo" de fins do século XIX foi o resultado (i) da emergência do capital financeiro (ou seja, das finanças) como força política de primeira ordem; (ii) da transformação do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista, com o predomínio dos trustes e cartéis; (iii) e da preponderância das exportações de capital em relação às exportações de mercadorias foram desenvolvidas por Lênin, em seu livro *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1917).

De fato, citando Hobson e, principalmente, o livro de Hilferding, *O Capital Financeiro* (1910), Lênin (1917, p. 124) salienta, logo no capítulo I de sua obra, que "quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era [considerada], para a maioria dos economistas, uma 'lei natural'". Todavia, Marx demonstrou "que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio se tornou um fato". Com efeito, segundo Lênin (1917, p. 126-7), a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, caracterizado pelo domínio dos cartéis, que "estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento, etc.; [r]epartem os mercados entre si; [f]ixam a quantidade de produtos a fabricar; [e]stabelecem os preços; [r]epartem os lucros entre as diversas empresas, etc." pode ser resumida do seguinte modo:

> 1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis.
> 2) Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto, eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório.
> 3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica.

Nesse novo mundo de monopólios, cartéis e trustes, não se tem mais, de modo algum, **o predomínio dos interesses do capital industrial cedeu lugar aos do capital financeiro**, ou seja, dos banqueiros e demais intermediários financeiros, dos acionistas e dos investidores, que abocanham a maior parte dos lucros gerados na atividade produtiva. Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo teria chegado "a um tal ponto em que a produção de mercadorias, se bem que continue 'reinando' como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se minada e os lucros principais vão para os 'gênios' das maquinações financeiras" (LÊNIN, 1917, p. 133). "O século XX marca, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro" (idem, p. 159).

Para explicar o fenômeno, Lênin (1917, p. 138) esclarece que, em primeiro lugar, os bancos se transformaram em fins do século XIX "de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas", pois

> [à] medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capitaldinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países.

Nesse processo,

> os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos, como os 'incorporam', os subordinam, os incluem no 'seu' grupo, no seu 'consórcio' - segundo o termo técnico - por meio da 'participação' no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc. (LÊNIN, 1917, p. 133).

Mais do que isso,

> a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente o papel e a importância desempenhado pelos bancos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc. (idem, p. 144).

Com isso, “aumenta a dependência da grande indústria relativamente a um reduzido número de grupos bancários. Como resultado da estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro, a liberdade de movimentos das sociedades industriais que necessitam do capital bancário vê-se assim restringida" (SCHUIZE-CAEVERNITZ, apud LÊNIN, 1917, p. 151), ou seja, desdobra-se "uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco" (LÊNIN, 1917, p. 152).

> Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. (...) [Essa] “união pessoal” dos bancos com a indústria completa-se com a “união pessoal”, de umas e outras sociedades com o governo. “Lugares nos conselhos de administração - escreve Jeidels - são confiados voluntariamente a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar (!!) em grau considerável as relações com as autoridades” (idem, p. 153).

Como, se, por um lado, uma parte crescente do capital industrial vem dos bancos, por outro lado os bancos também se vêem obrigados a investir na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Isto permite a Lênin (LÊNIN, 1917, p. 161). conceituar o **capital financeiro**: "concentração da produção, tendo como consequência os monopólios; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo que este conceito encerra".

Como não poderia deixar de ser, "[esse] predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de 'poder' financeiro em relação a todos os restantes" (idem, p. 176-7). Com ele, emerge a **dominação da oligarquia financeira**, que impõe "a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas (idem, p. 169). Mais do que isso, "logo que tenha se constituíd[a] e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra 'particularidade'”(ibidem p. 175).

Além da subordinação à oligarquia financeira,

> [o] capitalismo, que iniciou o seu desenvolvimento servindo-se da usura em pequena escala, chega ao fim deste desenvolvimento com a usura em grande escala. (...) Todas as condições da vida econômica sofrem uma modificação profunda em consequência desta degeneração do capitalismo. Num estado de estagnação da população, da indústria, do comércio e dos transportes marítimos, o “país” pode enriquecer por meio das operações usurárias (LÊNIN, 1917, p. 170).

Ecoando o terceiro aspecto do capitalismo assinalado por Hobson, Lênin (idem, p. 180) afirma que, se "[o] que caracterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias", o que caracterizaria o novo capitalismo, "no qual impera o monopólio, é a exportação de capital". Considerando-se apenas a Inglaterra, a França e a Alemanha, que abrigavam, no início do século XX, os principais centros do capital financeiro do mundo, o afluxo total de

capital saltou de ₣ 3,6 bilhões em 1836 para aproximadamente ₣ 200 bilhões em 1914 (Figura 3).

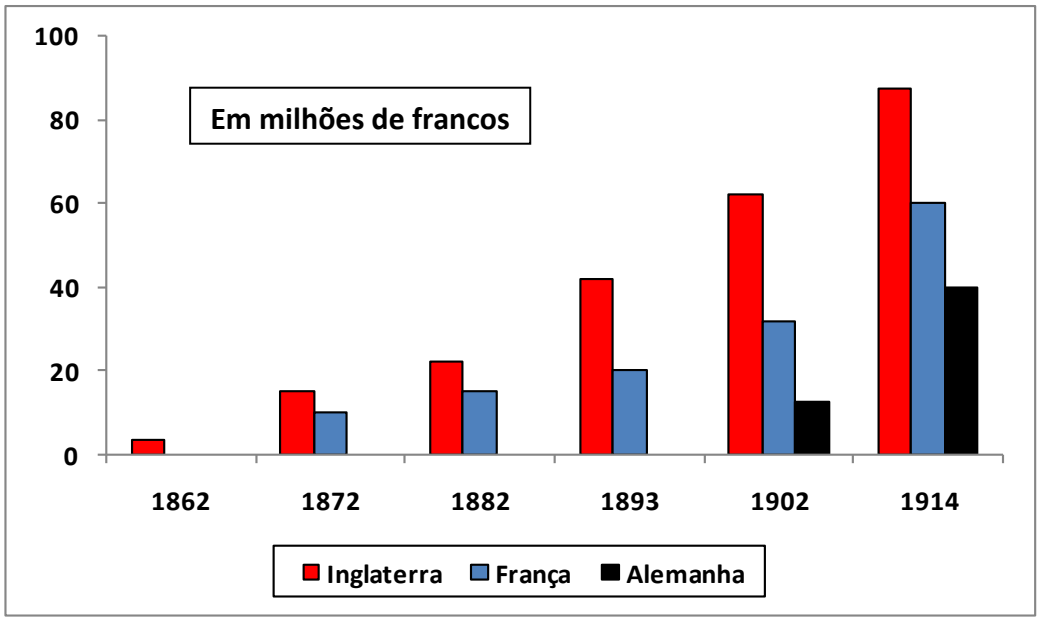

Figura 3. Exportação de Capital pela Inglaterra, França e Alemanha, 1862-1914
Fonte: Lênin, 1917, p. 182.
Obs.: França: 1869, em lugar de 1872; 1880 em vez de 1882; 1890 em vez de 1893

A necessidade desse afluxo de capitais "obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo 'amadureceu excessivamente' e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação 'lucrativa'" (ibidem, p. 182).[18]

Tabela 1
Destino das "Exportações de Capital" por País
Por volta de 1810
Em %

Destino	Inglaterra	França	Alemanha	Total
Europa	2,9	16,4	12,9	2,9
América	26,4	16,4	12,9	36,4
Ásia, África e Austrália	20,7	5,7	5,0	31,4
Total	50,0	25,0	25,0	100,0

Fonte: Lênin, 1917, p. 183

[18] "[N]ão há como negar que a pressão do capital à procura de investimentos mais lucrativos, bem como a da produção à procura de mercados, contribuíram para as políticas expansionistas — inclusive a conquista colonial" (HOBSBAWN, 1987, p. 41).

Embora em muitos casos abram as portas para o desenvolvimento do capitalismo nos países receptores, as "exportações de capital" promovem a subordinação desses aos países exportadores, até porque esses países obtêm "quase sempre algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, uma mina de carvão, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões" (LÊNIN, 1917, p. 184), para não falar na obrigação do devedor em adquirir bens de capital no país credor.

Na verdade, mesmo antes de 1870, para não dizer depois, os créditos internacionais estiveram invariavelmente vinculados à política dos governos dos países envolvidos, na qual tomavam parte ativa a comunidade das altas finanças. Assim, por exemplo, a ocupação do Egito pela Inglaterra em 1883 foi concebida "como uma expedição de castigo, que, ademais, queria levar a cabo junto com a Francia, para assegurar os interesses dos credores europeus no Egito, ameaçados pelo levante nacionalista de Ahmed Arabi" (MOMMSEN, 1987, p. 139). Depois da derrota da Rússia imperial pelo Japão na Guerra de 1904-1905 e da subsequente Revolução de 1905, que sacudiu o Império tsarista, a França condicionou a concessão dos enormes recursos financeiros solicitados pelo governo russo ao apoio do Império à posição francesa na Conferência de Algeciras (janeiro-abril de 1906), na qual se discutiria a denominada Questão Marroquina. Somente após ver assegurados, com apoio russo, seus interesses no Marrocos, a França concedeu 2.250 milhões de francos à Rússia. "A França, ao mesmo tempo que concedia empréstimos à Rússia, "impôs-lhe", no tratado de comércio de 16 de Setembro de 1905, certas concessões válidas até 1917: o mesmo se pode dizer do tratado comercial subscrito em 19 de Agosto de 1911 com o Japão" (LÊNIN, 1917, p. 185).

Conforme afirma Jerome Ross (2008), no final do século XIX e início do século XX,

> os credores dominantes submete[ram] regularmente os devedores em dificuldades ao controle financeiro externo - frequentemente sob a força das armas. A invasão britânica do Egito em 1882, o impulso alemão para estabelecer uma Comissão Financeira Internacional na Grécia em 1898 e o surgimento de canhoneiras européias na costa venezuelana em 1902 são apenas alguns dos casos mais proeminentes em questão.

Diante da inadimplência dos países devedores, os governos dos países credores, além de exercerem pressão diplomática sobre os mesmos, o que era a resposta menos dispendiosa,

> poderiam finalmente recorrer a três tipos diferentes de intervenção imperialista para salvaguardar os investimentos estrangeiros de seus súditos nacionais: controle financeiro internacional; ocupação militar direta; e diplomacia de canhoneira. Embora tal intervenção do Estado credor não tenha sido universal durante a era do imperialismo clássico - na verdade, na maioria dos casos, a inadimplência soberana ficou impune - um estudo descobriu que os governos inadimplentes enfrentam pelo menos 30% de chance de serem submetidos a tais sanções.[19]
>
> Exemplos proeminentes do primeiro tipo de invenção credoras incluem o estabelecimento da Comissão Financeira Internacional na Grécia, bem como

[19] Refere-se a Mitchener e Weidenmier (2005).

> seus antecessores na Turquia (a Administração da Dívida Pública Otomana) e no Egito (a *Caisse de la Dette Publique*) (...). Em cada um destes casos, os representantes dos Estados credores, dos bancos emissores e / ou dos detentores de títulos privados assumiram o controle administrativo direto da cobrança de impostos e da gestão da dívida pública, a fim de garantir o máximo retorno para os investidores europeus. A Administração da Dívida Pública Otomana, por exemplo, controlava cerca de um terço das receitas totais do Estado do Império Otomano entre 1881 e 1914. O monopólio estatal do tabaco, uma das principais fontes de receita do Império, foi entregue a uma empresa fundada por um consórcio dos bancos credores europeus. (...).
>
> O segundo tipo de intervenção imperialista - ocupação militar direta - era menos comum, mas, ainda assim, um importante recurso final para as principais potências credoras, especialmente a Grã-Bretanha e a França. No Egito, por exemplo, o regime franco-britânico de controle financeiro fazia cumprir o serviço da dívida pontual por algum tempo, mas "o pagamento tinha que ser praticamente açoitado pelo campesinato empobrecido". O descontentamento popular resultante alimentou a revolta de Urabi de 1879-82, que culminou em um sangrento tumulto anti-imperialista em Alexandria em 1882, no qual vários súditos britânicos foram mortos. Em resposta, a Grã-Bretanha invadiu sumariamente o Egito e incorporou a antiga província otomana como um protetorado em seu próprio Império. Embora os historiadores tenham apontado que os interesses dos acionistas não eram de forma alguma a única consideração - a necessidade de garantir acesso ao Canal de Suez e intimidar o movimento nacionalista na Irlanda, também contribuindo para a decisão de intervir - a crise da dívida egípcia pretexto para o governo britânico expandir sua esfera de influência no Mediterrâneo oriental e estabelecer o controle sobre a antiga jóia da coroa do Império Otomano.
>
> Finalmente, o terceiro tipo de intervenção do credor - a diplomacia de canhoneira - envolveu o uso do poder marítimo das potências imperialistas para obrigar os mutuários não conformes a pagar. O exemplo mais proeminente desse método foi, sem dúvida, a resposta do credor à crise venezuelana de 1902–03, durante a qual os governos britânico, alemão e italiano responderam à recusa do presidente Cipriano Castro de honrar suas obrigações externas aos investidores europeus, despachando suas canhoneiras, bloqueando os principais portos da Venezuela, bombardeando suas defesas navais e ocupando suas alfândegas para compensar com precisão os danos causados durante a revolução e a guerra civil anteriores. Depois de vários meses de crescente pressão internacional, Castro finalmente cedeu e concordou em chegar a um acordo com seus pretendentes estrangeiros no Tribunal de Haia (idem).

A proeminência direta das finanças na expansão imperial de fins do século XIX revela-se também em outros incidentes, a começar pela submissão da Tunísia pela França em 1881, com o apoio da Inglaterra e da Itália, como resultado da incapacidade de Túnis em honrar o serviço de sua dívida externa com os banqueiros desses países (FIELDHOUSE, 1965, p. 130-1). O Império Otomano escapou somente por tratar-se de país "estrategicamente importante no Oriente Médio e nos Bálcãs, para que pudesse ser tolerado cair nas mãos de outro poder" (idem, p. 132), particularmente do Império Russo, desejoso de controlar o estreito de Dardanelos. Como resultado, [n]o Congresso de Berlim de 1878, (...) a Turquia recebeu uma trégua e a possibilidade de aliviar seus problemas financeiros" (ibidem). O Egito foi menos afortunado. Tendo cedido à França,

em 1854, a concessão para construir o Canal de Suez, o governo do país suspendeu o pagamento dos títulos públicos em 1878. Na sequência,

> [u]ma organização internacional, na qual seus credores estavam bem representados, assim como os acionistas do canal, [ficaram encarregados] de controlar suas finanças, e quando [o quedive][20] Ismail, em 1879, tentou se retirar, ele foi deposto e substituído por um quedive mais dócil, Tawfik. O Egito [passou] então [a ser] governado por dois comissários nomeados pela França e pela Inglaterra, representantes de uma nova comissão internacional da dívida, segundo um sistema que passou a ser conhecido como "duplo controle" (FIELDHOUSE, 1965, p. 132)

A história, contudo, não havia chegado ao fim e, aproveitando-se de um levante popular e diante da negativa francesa de intervir, os britânicos o fizeram em 1882, incorporando o país em seus domínios.

Também "[n]a África Ocidental, as causas da expansão européia foram as dificuldades financeiras dos sultões endividados e as reações dos nacionalistas muçulmanos, que estavam cercados" (idem, p. 134).

Mas, se "[o] capital financeiro estende[u] assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo" (idem, p. 186), paralelamente observou-se o avanço dos oligopólios industriais no mercado mundial, com a constituição de grandes cartéis internacionais. No caso da indústria elétrica, por exemplo, formou-se na Alemanha a AEG (Sociedade Geral de Eletricidade), que controlava em 1904 de 175 a 200 corporações, contando com 34 representações diretas (12 das quais sociedades anônimas) estabelecidas em mais de dez país (LÊNIN, 1917, p. 190). Nos Estados Unidos, formaram-se duas grandes corporações gigantescas no setor: a Companhia Geral de Eletricidade (GEC) e a Sociedade Geral de Eletricidade (AEG). Ambas entraram em acordo em 1907, com a supressão da concorrência: "a GEC “recebeu” os Estados Unidos e o Canadá; à AEG “couberam” a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Bálcãs" (ibidem, p. 191). No caso do petróleo, o mercado mundial, encontrava-se dividido em 1905 entre a empresa holandesa *Shell*, o truste norte-americano *Standard Oil*, de Rockefeller, e o grupo que controla o petróleo de Baku (na Rússia), dos Rothschild e Nobel. Nesse ano começou uma nova luta pela "partilha do mundo" entre a Standard Oil e o *Deutsch Bank*, com investimentos nos campos de petróleo da Romênia e participação na empresa *Mantáshev*, que também operava em Baku, na *Samuel* e na *Shell*, que exploravam o petróleo das colônias holandesas. A luta terminou em 1907 com a derrota completa do *Deutsch Bank*, que concluiu um acordo desvantajoso com a *Standard Oil* (LÊNIN, 1917, p. 192-3).

> Na marinha mercante, o gigantesco processo de concentração conduziu também à partilha do mundo. Na Alemanha destacaram-se duas grandes sociedades: *Hamburg-Amerika* e a Lloyd da Alemanha do Norte (...). Por outro lado, foi fundado na América, em 1 de janeiro de 1903, o chamado truste *Morgan*, a Companhia Internacional de Comércio Marítimo, que agrupa nove companhias de navegação americanas e inglesas (...). Já em 1903, foi assinado um contrato sobre a partilha do mundo entre os colossos alemães e esse truste anglo-

[20] Quedive - uma palavra derivada do persa que significa senhor - foi um título instituído em 1867 pelo sultão otomano Abdülaziz I para designar o governador do Egito.

> americano no que se refere à partilha dos lucros. As sociedades alemãs renunciaram a entrar em concorrência nos transportes entre a Inglaterra e a América. Fixaram-se taxativamente os portos “reservados” a cada um, criou-se um comitê de controle comum, etc. O contrato foi concluído para vinte anos, com a prudente reserva de que perderia a validade em caso de guerra (idem, p. 195-6).
>
> Em princípios de 1904 foi fundado o sindicato do aço da Alemanha. Em Novembro do mesmo ano voltou a formar-se o cartel internacional das fábricas de material ferroviário, com a seguinte proporção: Inglaterra 53,5 %, Alemanha 28,83 % e Bélgica 17,67 %. Mais tarde foi incorporada a França com 4,8 %, 5,8 % e 6,4 % no primeiro, segundo e terceiro anos respectivamente, além dos 100 %, quer dizer, calculando sobre um total de 104,8 %, e assim sucessivamente. Em 1905 aderiu o truste do aço dos Estados Unidos (Corporação do Aço); depois juntaram-se-lhe a Áustria e a Espanha, [de modo que em 1910] a partilha do mundo est[ava] concluída (ibidem, p. 197).

Mas se, em resumo, os cartéis internacionais formados por grandes e poderosos grupos passaram a estabelecer determinadas relações entre si com base na partilha econômica do mundo, ao mesmo tempo, em conexão com esse processo, estabeleceram-se entre os grupos políticos e entre os Estados nacionais determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias e na “luta pelo território econômico” (LÊNIN, 1917, p. 199).

De fato, conforme visto anteriormente, a transformação do capitalismo de livre concorrência em capitalismo financeiro, assentado em grandes trustes e cartéis, ou, mais especificamente, a partir de 1870 tem início "a enorme “ascensão” de conquistas coloniais, que se exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo" (idem, p. 202). Segundo Hobson, entre 1884 a 1900 a Inglaterra adquiriu

> 3.700.000 milhas quadradas com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3.600.000 milhas quadradas com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1.000.000 de milhas quadradas com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 900.000 milhas quadradas com 30 milhões de habitantes; Portugal, 8.000.000 milhas quadradas com 9 milhões de habitantes. Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa (LÊNIN, 1917, p. 203).

Como resultado, conforme registra a Tabela 2,

> [a]s possessões coloniais aumentaram em proporções gigantescas depois de 1876: em mais de uma vez e meia, de 40 para 65 milhões de quilômetros quadrados, para as seis potências mais importantes; o aumento é de 25 milhões de quilômetros quadrados, uma vez e meia mais do que a superfície das metrópoles (16,5 milhões). Três potências não possuíam colônias em 1876 e uma quarta, a França, quase não as tinha. No ano de 1914 essas quatro potências tinham adquirido colônias com uma superfície de 14,1 milhões de quilômetros quadrados, isto é, cerca de uma vez e meia mais do que a superfície da Europa, com uma população de quase 100 milhões de habitantes" (idem, p. 206).

Na realidade, "em fins do século XIX e princípios do século XX tinha já 'terminado' a partilha do mundo" (ibidem, p. 206) e, como resultado, 48,5% do território e 32,2% da população mundial correspondiam a colônias das seis principais potências mundiais em 1914. Na realidade, essas e as demais potências coloniais controlavam, quando se considera as semi-colônias (Pérsia, China e Turquia), cerca de 79,1% do território e 82,1% da população mundial. O pior é que muitos dos outros países teoricamente "livres" são, na verdade, " países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática" (LÊNIN, 1907, p. 212) em relação às potências dominantes.[21]

Tabela 2
Possessões Coloniais das Grandes Potências
1876-1914

Países	Metrópoles		Colônias				Total	
	1914		1876		1914		1914	
	km²	Habit.	km²	Habit.	km²	Habit.	km²	Habit.
Grandes Potências:								
Inglaterra	0,3	46,5	22,5	251,9	33,5	393,5	33,8	440,0
Rússia	5,4	136,2	17,0	15,9	17,4	33,2	22,8	169,4
França	0,5	9,6	0,9	6,0	10,6	55,5	11,1	65,1
Alemanha	0,5	64,9	...	...	2,9	12,3	3,4	77,2
Estados Unidos	9,4	97,0	...	...	0,3	9,7	9,7	106,7
Japão	0,4	53,0	...	...	0,3	19,2	0,7	72,2
Total	**16,5**	**407,2**	**40,4**	**273,8**	**65,0**	**523,4**	**81,5**	**930,6**
Outras Potências*							9,9	45,3
Semicolônias**							14,5	361,2
Outros Países							28,0	289,9
Mundo							**133,9**	**1.627,0**

Notas: (*) Bélgica, Holanda, etc; (**) Pérsia, China e Turquia.
Fonte: Lênin, 1917, p. 206.

Uma das motivações mais importantes dessa nova fase imperialista, que se distingue essencialmente das anteriores, mesmo durante o período do "imperialismo de livre comércio", reside na luta entre os grandes oligopólios mundiais, para os quais a posse de colônias é importante, por excluir os adversários das fontes de matérias primas e dos mercados coloniais.

5. **AS CONSEQUÊNCIAS DO IMPERIALISMO FINANCEIRO**

Conforme visto na seção 4, o "novo imperialismo" de fins do século XIX e inícios do século XX resultou da formação de grandes monopólios sob a égide das finanças. Ora, "como todo monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição" (LÊNIN, 1917, p. 231), inclusive para o retardamento do progresso técnico, fruto da concorrência entre capitais.

[21] Lênin (1907, p. 212-3) cita, como exemplo, a Argentina, que se encontra "em tal dependência financeira relativamente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa" De igual modo, " Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701- 1714), que está sob o protetorado da Inglaterra" (idem, p. 213).

Por outro lado, "[o] imperialismo é uma imensa acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro" que atinge somas fabulosas, causando

> o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada dos rentistas, ou seja, de indivíduos que vivem do “corte de cupões”, que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos rentistas e a produção, imprime urna marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar" (idem, p. 232-3).

Como exemplo, tem-se a Inglaterra, cujo rendimento nacional "duplicou aproximadamente entre 1865 e 1898, enquanto as receitas provenientes 'do estrangeiro', durante esse mesmo período, aumentaram nove vezes (ibidem, p. 239). Como resultado, em 1889 os rendimentos do comércio exterior foram de cerca da £ 18 milhões; em contrapartida, o país obteve de £ 90 a £ 100 na forma de rendimentos do capital “investido” - "[o] rendimento dos rentistas [era] cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais “comercial” do mundo!" (ibidem, p. 233), caracterizando muito bem "a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista".

Conforme registrou à época Schulze-Gaevernitz (apud LÊNIN, 1917, p. 234),

> [a] Inglaterra (...) converte-se paulatinamente de Estado industrial em Estado credor. Apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industriais, cresce a importância relativa para toda a economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. [É] precisamente isto que constitui a base econômica da ascensão imperialista. O credor está mais solidamente ligado ao devedor do que o vendedor ao comprador.

Ainda segundo Lênin (1917, p. 235) "[o] Estado-rentista é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição, e esta circunstância não pode deixar de se refletir, (...) em todas as condições políticas e sociais dos países respectivos em geral", inclusive nas condições do movimento operário. Em lugar de se basearem na indústria, as nações rentistas passam progressivamente a depender dos rendimentos do exterior. No caso da Inglaterra, por exemplo, se o total de operários era de 23% da população em 1851 (4,1 milhões de trabalhadores), essa porcentagem havia caído para 15% (4,9 milhões) em 1901. Determinadas regiões dos países dominantes tornam-se áreas de residência dos aristocratas que recebem dividendos e pensões do exterior, servidos por empregados e comerciantes e por um pequeno número de empresas voltadas para a o transporte e para a indústria de artigos de luxo. É o caso de extensas áreas do Sul da Inglaterra e mesmo da Escócia, onde extensas áreas foram subtraídas à agricultura para dar lugar à caça à raposa.

Por outro lado,

> [o] imperialismo, que significa a partilha do mundo e a exploração não apenas da China, e implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o (idem, p. 238).

É claro que "[o] imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para as divorciar das grandes massas do proletariado" (ibidem, p. 241). Nesse sentido, no movimento operário geralmente se pode distinguir duas camadas: a superior, que, na Inglaterra, estava formada pelos "membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas" (LÊNIN, 1917, p. 240) e a inferior, que é mais afetada pelo desemprego e composta, em larga medida, por imigrantes das colônias, semi-colônias e demais países dependentes. Em larga medida, a camada superior "aburguesa-se", ou seja, assume as posições políticas das classes dominantes, particularmente dos rentistas partidários de políticas imperialistas. "A ideologia imperialista penetra [,assim,] mesmo no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China" (idem, p. 245-6). Mais do que isso,

> [a] obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países, etc., oferece-lhes a possibilidade econômica de subornarem certos setores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o “lado” da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros (ibidem, p. 267).

Mas, se, de um lado, o imperialismo financeiro traz consigo a relativa estagnação econômica e desacelera o ritmo do desenvolvimento tecnológico nas potências dominantes, que progressivamente vão se transformando em "nações rentistas" comandadas por uma oligarquia financeira, por outro lado, nos países dependentes

> o capital importado intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta; esta resistência pode transformar-se facilmente em medidas perigosas contra o capital estrangeiro. Revolucionam-se completamente as velhas relações sociais, destrói-se o isolamento agrário milenário das ‘nações à margem da história’, que se vêm arrastadas para o torvelinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação (HILFERDING, 1910, p. 260).

A consequência mais marcante do "novo imperialismo", contudo, foi "a exacerbação (...) da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financistas pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países" (LÊNIN, 1917, p. 244). Ora, como, "sob o capitalismo não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., além da força de quem participa na divisão, a força econômica geral, financeira, militar, etc." (idem, p. 257), o resultado foi a corrida armamentista que se verificou a partir de fins do século XIX, com frequentes ameaças de conflitos armados entre as grandes potências. Nesse período, mesmo "[a]s alianças pacíficas prepara[ram] as guerras e por sua vez surg[iram] das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando urna sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais" (ibidem, p. 258). Como salienta Mommsen (1987, p. 161),

> [a]o longo de duas décadas de lutas ferozes pela aquisição de territórios ultramarinos, as tensões dentro do sistema das potências européias e a pressão exercida pelas classes médias sobre seus governos atingiram um grau tão extremo que qualquer tentativa de modificar as relações de poder existentes acarretavam o risco de um conflito europeu geral".

Assim, por exemplo, "[e]m 1895, sir Edward Grey proclamou na Câmara baixa britânica o Sudão como território de interesse inglês e adverte que qualquer intento por parte de outras potências, de se instalar ali seria considerado como um ato de hostilidade" (MOMMSEN, 1987, p. 145). Em 1893, por sua vez, a França e a Inglaterra "chegaram à beira de uma guerra pelo futuro do Sião, que os franceses tentavam incluir, pelo menos em parte, em seu império colonial do Extremo Oriente" (MOMMSEN, 1987, p. 146). Na verdade,

> [d]esde 1895, a luta de ambas potências pela posse do interior de seus respectivos territórios na África Ocidental estava no auge. Em muitas ocasiões, apenas no último momento pôde-se evitar o confronto militar entre as tropas coloniais francesas e a *West Africa Frontier Force* de Chamberlain [- o primeiro ministro inglês -] foram impedidos até que, na primavera de 1898, Lorde Salisbury concordasse em entrar em negociações com Paris sobre os limites das possessões de ambos os países na África Ocidental (idem, p. 148).

Enquanto lutava com os Guerra dos Bôers (1899 1902), "no Extremo Oriente, a Inglaterra estava prestes a entrar na guerra contra a Rússia, que com teimosa obstinação tentava tomar a Manchúria" (MOMMSEN, 1987, p. 152). Outra fonte de conflito veio com a denominada Ferrovia de Bagdá, cuja construção se iniciou em 1903 e que pretendia cortar o Império Otomano a partir do Estreito de Dardanelos, passando por Bagdá (Síria) e Iraque até ao porto de Baçorá, no Golfo Pérsico. Seu financiamento e construção seriam proporcionados principalmente por bancos e empresas germânicas, que haviam construído na década de 1890 a Ferrovia de Anatólia, conectando Istambul, Ancara e Kônya. A Inglaterra se opôs ferozmente à iniciativa alemã, porque, além de fortalecer economicamente o "Homem doente da Europa" (o Império Otomano), o colocava diretamente na área de influência de Berlim. Além disso, forneceria à Alemanha acesso ao petróleo do Iraque e uma rota alternativa ao Canal de Suez, que poderia ser utilizada para abastecer belonaves no Golfo Pérsico, o que era considerado como uma ameaça direta à principal jóia da Coroa Britânica - a Índia.

Para enfrentar a ameaça germânica aos seus domínios, a Inglaterra e a França concordaram em pôr termo às suas desavenças, formando a *Entente Cordiale* em 1904. Diante desse fato, o diplomata alemão, Friedrich von Holstein (apud MOMMSEN, 1987, p. 157), declarou que "[s]erá difícil para a Inglaterra e a França nos atacarem (...), mas não podemos fazer conquistas no exterior. Eu não sou aquele que pede por tais conquistas, mas uma massa do povo as pede aos gritos e se admira que não há mais nada para a Alemanha".

Tornara-se inevitável, pois, uma guerra para repartir novamente o mundo entre as potências mundiais.

REFERÊNCIAS

ALLETT, John. *New Liberalism. The Political Economy of J.A. Hobson*. Toronto: University of Toronto Press, 1981.

BEASLEY, W. G. (1989). "The foreign threat and the opening of the ports". In: JANSEN, Marius B. *The Cambridge History of Japan, vol. 5: The Nineteenth Century*. New York: Cambridge University Press, 2007.
DARWIN, John. *The Empire Project. The rise and fall of the British world-system*, 1830–1970. New York: Cambridge University Press, 2009.
FIELDHOUSE, David K. (1965). *Los Imperios Coloniales desde el Siglo XVIII*. Cidade do México: Siglo XXI, 1986.
FIGES, Orlando (2010). *Crimeia*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
GALLAGHER, John; e ROBINSON, Ronald. "The imperialism of free trade". *The Economic History Review, Second Series*, vol. VI, n. 1, I953.
HILFERDIG. Rudolf (1910). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Novo Cultural, 1985.
HOBSBAWM, Eric J. (1987). *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
HOBSON, John A. (1902) *Imperialism. A study*. Londres: Unwin Hyman, 1938.
___. *The War in South Africa: Its Causes and Effects*. Londres: James Nisbet, 1900.
___. "Free Trade and Foreign Policy". *Contemporary Review*, vol, 74, p. 167-180, ago. 1898.
LENIN, Vladimir Ilitch (1917). *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.
MAGDOFF, Henry. *Imperialism: from the Colonial Age to the Present.* New York: Monthly Review, 1978.
MARX, Karl (1894). *O Capital*. *Livro III: O Processo Global de Produção Capitalista*. São Paulo : Nova Cultural, 1985-1986. Coleção Os economistas.
MITCHENER, Kris James; e WEIDENMIER, Marc D. "Supersanctions and Sovereign Debt Repayment". *NBER Working Paper* vol. 11472, jul. 2005. Reimpresso em *Journal of International Money and Finance*, vol. 29, n. 1, p 19-36, fev. 2010.
MOMMSEN, Wolfgang J. (1969). *La Epoca del Imperialismo*. Cidade do México: Siglo XXI, 1987.
PORTER, Andrew. *European Imperialism, 1860-1914*. New York: Palgrave Macmillan, 1993.
QUATAERT, Donald (2000). *The Ottoman Empire, 1700–1922*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
ROOS, Jerome. *The New Debt Colonies: Finance, Imperialism and the Politics of Dispossession*. 2018. Disponível em https://jeromeroos.com/research/the-new-debt-colonies; acesso em 20/04/2019.
SCAMMELL, G. V. (1989). *The First Imperial Age*. *European overseas expansion c. 1400–1715*. Londres: Routledge, 1991.
SCHUYLER, R. L. (1945). *The Fall of the Old Colonial System*. Hamden: Archon, 1966.